

*5 de outubro
de 2026*

Dia Mundial das e dos Professores

COM AS PROFESSORAS E OS PROFESSORES

Desfile
Lisboa
14h30



Príncipe Real
Largo de Camões





11

DESTACÁVEL Os Professores e a CRP de 76

04. EM FOCO

Dia Mundial do Professor:
Em 5 de outubro, celebrar
a profissão, afirmar a luta!
ANABELA SOTAIA

05. EM DESTAQUE

Novo ano, agravam-se
os problemas. E o ministro
assobia para o lado!

08. DUAS PALAVRAS

Entre o que o ministro diz
e o que os professores vivem
LUÍS LOBO

10. EM FOCO

Mais colocações não
significam menos falta
de professores
JOÃO PEREIRA

15. AÇÃO SINDICAL

- Sobretrabalho
- Horas extraordinárias
- CNLE

16. AÇÃO SINDICAL

O assalto à Segurança Social
JOSÉ CORREIA

17. SETORES

Universidade e
Universidades politécnicas:
transição e direitos
MIGUEL VIEGAS

18. SETORES

Ciência sob pressão:
reformas sem diálogo
TIAGO M. DIAS

19. SETORES

Fim dos 29 tempos no ensino
artístico especializado privado!
PEDRO NUNES

20. ENTREVISTA

À conversa com Carlos
Almeida, presidente do MPPM
JOSÉ PAULO OLIVEIRA

21. SETORES

A situação do ensino
português no estrangeiro
BRUNO SILVA

22. REGIÕES AUTÓNOMAS

Novo Presidente
do SPRA sublinha:
“É urgente atrair, fixar e
valorizar” professores
Colocações de docentes
marcam início do ano letivo
2026/2027
JACKELINE VIEIRA

23. CULTURAIS

SPZS 50 anos



sobe

Profissionalismo dos Professores

A capacidade dos professores
para, uma vez mais, salvarem
o que o MECI complicou. Nos
Exames Nacionais, perante
erros, falhas e trapalhadas da
tutela, foram os professores
que garantiram que o
processo não descambasse
e que os alunos não fossem
prejudicados. O Ministério cria
os problemas; os professores,
com profissionalismo, deram-lhe
solução. ●



desce

A atitude do ministro

É lamentável e indigna a atitude
de um ministro que parece
ter descoberto uma fórmula
simples para governar: quando
o MECI erra, a culpa é dos
professores e das escolas;
quando os docentes resolvem,
o mérito é do Ministério. Neste
verão, foi particularmente
indigna a tentativa de sacudir
responsabilidades e atirá-las para
quem, afinal, resolveu, com o seu
profissionalismo e dedicação, os
problemas criados. E o ano letivo
começa, mais uma vez, cheio de
problemas. ●



FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral da FENPROF)

editorial

A farsa

Arancamos o ano letivo com
uma sucessão de anúncios e
proclamações do ministro da
Educação: o eventual regresso
do exame da 4.^a classe, o
projeto-piloto de fusão do 1.^o e 2.^o ciclo
e a redução de 25 para 22 horas no tempo
letivo dos professores do 1.^o CEB.

Percebe-se: há que fazer esquecer o caos
nos exames, os problemas concretos que se
fazem sentir nas escolas e procurar mostrar
serviço. Fernando Alexandre desdobrou-se
em entrevistas, sessões públicas e, claro,
a sempre memorável carta aos docentes.
Da missiva deste ano, e muito a propósito
da farsa em que foi transformada a revisão
do Estatuto da Carreira Docente (ECD), e
que mais parece o cumprimento de mera
formalidade para ir “entretendo o pagode”,
retiramos:

*A prioridade na revisão do Estatuto da
Carreira Docente responde e vai concretizar
o objetivo da valorização social do Professor.*

*Quero um Estatuto da Carreira Docente
que responda aos desafios atuais da
escola e da profissão e que a prepare para
o futuro. Uma carreira mais atrativa, justa,
previsível e valorizada, que reconheça o
mérito, a experiência e a responsabilidade
dos professores.*

*Foi nesse espírito que negociámos um
novo modelo de concurso e recrutamento
dos docentes, que irá organizar o processo
em dois procedimentos concursais, a partir
de 2027/2028, garantindo sempre a prioridade
da graduação e a total transparência.*

Catorze reuniões volvidas, várias
propostas entregues, olímpicamente
ignoradas pela tutela, sem uma única
alteração que valorize o ECD em vigor e
um vergonhoso processo de negociação
suplementar do modelo de concurso e
recrutamento docente, um modelo de
concurso que aumenta a precariedade e a
instabilidade dos docentes vinculados longe
da sua residência. ●

Atente-se aos factos:

- a 27 de julho a FENPROF, por
divergências de fundo com a proposta do
MECI, requereu a negociação suplementar;
- a 30 de julho o governo aprovou em
Conselho de Ministros o novo diploma,
apesar da negociação não estar concluída
e já convocada reunião para o efeito;

- a 6 de agosto realizou-se a reunião
de negociação suplementar, em formato
plenário e incluindo organizações sindicais
que não a tinham sequer requerido, tendo
a FENPROF apresentado uma declaração
de protesto para a ata;

- a 1 de setembro o MECI enviou à FENPROF
a “versão final do projeto de decreto-lei relativo
ao modelo de recrutamento e colocação de
docentes”, referindo que o documento “não
contém alterações face à versão anteriormente
distribuída, estando concluído o processo de
negociação suplementar”;

- a 8 de setembro a FENPROF enviou
ofício ao MECI acusando a tutela de ausência
de boa-fé negocial numa matéria de grande
sensibilidade para os docentes;

- a 9 de setembro o Conselho de Ministros,
segundo comunicado, aprovou a “a versão
final, após negociação suplementar”.

Esta decisão motivou novo ofício da
FENPROF, agora dirigido ao primeiro-ministro.
Do mesmo citamos:

“O que o conselho de ministros fez
foi transformar o processo negocial, em
particular a sua fase suplementar, da qual os
docentes esperavam uma derradeira hipótese
de aproximação de posições e melhoria de
soluções, numa farsa imprópria para quem
tenha sentido de Estado e mínimo espírito
democrático. (...) O resultado é, convém dizer,
um regime de recrutamento e colocação de
docentes pior do que o que está em vigor e
que deveria sair melhorado através de um
processo negocial autêntico”

Com este espírito, valem pouco as juras
de amor aos professores. Um ano de luta
no horizonte! ●

“

**O que o conselho de
ministros fez foi transformar
o processo negocial, em
particular a sua fase
suplementar, da qual os
docentes esperavam uma
derradeira hipótese de
aproximação de posições
e melhoria de soluções,
numa farsa imprópria para
quem tenha sentido de
Estado e mínimo espírito
democrático.**



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretora: Anabela Sotaia | Subdiretores: Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Guerra (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Rogério Ribeiro (SPN); Nélia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Luís Lobo | Fotos: Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Dia Mundial das e dos Professores

Em 5 de outubro, celebrar a profissão, afirmar a luta!

ANABELA SOTAIA (Presidente do CN da FENPROF)

O Dia Mundial do Professor celebra quem, todos os dias, ensina, educa e constrói futuro. Mas, este ano, o 5 de outubro será também um dia de afirmação e de luta.

Em Lisboa, numa manifestação nacional, entre o Príncipe Real e o Largo Camões, os professores estarão na rua para dizer que a Escola Pública exige respostas e os professores também e que querem uma efetiva valorização, já!

É com estas palavras de ordem que a FENPROF avança para uma nova campanha de esclarecimento, mobilização e luta. Uma campanha que não parte do zero: dá continuidade a uma intervenção sindical persistente em defesa da profissão docente, da valorização dos professores e de uma Escola Pública de qualidade, inclusiva e capaz de garantir o direito de todos à Educação.

Os problemas estão identificados. As reivindicações também. O que falta é vontade política para lhes dar resposta. A falta de professores é hoje uma emergência. Para a enfrentar, é indispensável tornar a profissão atrativa, valorizar quem nela trabalha, criar condições para que novos

profissionais entrem e permaneçam na docência e garantir o regresso de quem dela se afastou. Isso exige salários dignos, carreiras valorizadas, progressão justa e reconhecimento de todo o tempo de serviço, mas também melhores horários e condições de trabalho, menos burocracia e o combate à precariedade.

Não há soluções sérias para a falta de professores sem valorizar os professores. E não há professores valorizados numa Escola Pública desvalorizada e degradada. Por isso, a nossa luta é também pela Escola Pública: por mais investimento, recursos e trabalhadores; por escolas com instalações e equipamentos adequados; por respostas educativas que combatam desigualdades e garantam que nenhuma criança ou jovem fica para trás. Defender a Escola Pública é defender um direito constitucional e uma conquista de Abril.

É preciso agir

Dia 5 de outubro será, assim, o primeiro grande momento de uma campanha que queremos forte, participada e capaz de exigir respostas concretas. Porque já não há tempo para medidas avulsas, promessas

ou soluções insuficientes. É preciso agir. É preciso valorizar. É preciso mudar.

É por isso que temos de ser muitos na rua. Muitos para mostrar que os professores não aceitam que a falta de respostas se transforme em normalidade. Muitos para dar força às reivindicações. Muitos para dizer ao governo e ao MECI que a valorização dos professores e da Escola Pública não pode continuar a ser adiada.

Neste Dia Mundial do Professor, celebremos a profissão fazendo ouvir a nossa voz!

Dia 5 de Outubro, todos a Lisboa!

Do Príncipe Real ao Largo Camões, 14.30 horas. Não faltes! ●



Sublinhar a importância da profissão

MANUELA MENDONÇA (membro do SN da FENPROF)

O Dia Mundial dos Professores (DMP) tem lugar no dia 5 de outubro, porque foi no dia 5 de outubro de 1966 que a UNESCO e a OIT adotaram a Recomendação sobre o Estatuto dos Professores, ainda hoje considerada um marco histórico para a profissão docente. O lema do DMP 2026 evoca esse aniversário: — “Com as professoras e os professores. 60 anos a proteger a profissão, a promover o seu estatuto, a dar rosto ao futuro”.

Para as organizações promotoras do DMP – a UNESCO, a UNICEF, a OIT e a Internacional da Educação (IE) –, este dia representa uma oportunidade para sublinhar a importância da profissão docente e a necessidade da sua dignificação, condição essencial para a valorização da escola e da educação. Este ano,

“A recomendação para que a UNESCO consagre a relação professor-aluno como património comum da humanidade foi uma proposta que nasceu no seio da FENPROF e de que a IE tem sido importante porta-voz.

a IE reafirma o papel fundamental dos professores na construção do futuro, apelando aos governos e à comunidade internacional para que invistam nos docentes e os apoiem na criação de um futuro pacífico, justo e sustentável para todos.

Sejamos claros: a falta de professores não é inevitável nem irreversível. Como se pode ler nas Recomendações das Nações Unidas de 2024 e no Consenso de Santiago, aprovado na Cimeira Mundial da UNESCO, em 2025, esta situação pode ser revertida com vontade política e financiamento adequado e previsível da educação pública; com direitos laborais e condições de trabalho dignas; com uma remuneração justa, horários pedagogicamente adequados e estabilidade no emprego; com respeito pelos professores e pelo seu saber pedagógico; com investimento na sua formação e desenvolvimento profissional; com o envolvimento dos docentes e dos seus sindicatos na decisão política; com a valorização do seu papel social, e o reconhecimento do caráter insubstituível da relação humana no processo de ensino-aprendizagem, que nenhuma tecnologia ou inteligência artificial poderá substituir. Daí a recomendação para que a UNESCO consagre a relação professor-aluno como património comum da humanidade — uma proposta que nasceu no seio da FENPROF e de que a IE tem sido importante porta-voz.

Perante a ausência de respostas efetivas para a falta de professores, que em Portugal afeta já muitos milhares de alunos, a FENPROF assinala este Dia Mundial dos Professores lembrando ao Governo os compromissos assumidos internacionalmente e reivindicando soluções concretas e ação imediata para valorizar a profissão docente. Não para fazer um favor aos professores, mas porque o superior interesse das crianças e dos jovens assim o exige! ●

Novo ano, agravam-se os problemas

E o ministro assobia para o lado!

A FENPROF pediu às escolas que respondessem a um questionário sobre as condições de abertura do ano letivo. As respostas revelam uma situação preocupante, o facto de não ter aproveitado o PRR para responder a necessidades estruturais do sistema educativo e uma significativa irresponsabilidade e incompetência da atual equipa ministerial. Entretanto, o ministro assobia para o lado!

As respostas recolhidas numa amostra composta por quase 30% de escolas não agrupadas/agrupamentos revelam que a abertura do ano letivo continua marcada por problemas significativos, sobretudo ao nível da falta de professores, dos equipamentos e condições tecnológicas, das condições dos edifícios escolares e das respostas às alterações climáticas.

1. Falta de professores continua a afetar as escolas

Em 2025/2026, só 36,2% das respostas indicam não ter havido problemas de falta de professores. Contudo, 63,7% assinalam pelo menos um dos efeitos previstos no questionário, destacando-se turmas temporariamente sem atividades letivas (42,5%), afetação de grupos de recrutamento (40%) e sobrecarga horária (38%).

Para 2026/2027, em 31,7% das escolas/agrupamentos preveem-se dificuldades no preenchimento de vagas e 24,6% admitem prejuízo no apoio a alunos com necessidades específicas. O dado mais expressivo é que 59,2% das respostas dizem não ser possível fazer qualquer previsão, sendo, contudo motivo de preocupação.

As dificuldades de recrutamento são associadas, nas respostas abertas, sobretudo à falta de candidatos, à perda de atratividade da profissão, aos salários, à sobrecarga burocrática e profissional, à indisciplina, à precariedade ou curta duração dos horários e aos custos de deslocação e habitação.

2. Equipamentos informáticos insuficientes e obsoletos

Na transição digital, 65,8% das escolas consideram insuficiente o número de equipamentos. Quanto ao estado dos equipamentos, apenas 16% consideram que estão todos adequados; 55% dizem que alguns dos equipamentos não estão em condições plenas de serem utilizados não estão e 28,3% não estão mesmo operacionais.

Também a infraestrutura das salas de aula é insuficiente: apenas uma minoria refere dispor simultaneamente de boas condições de internet, computadores/tablets suficientes para utilização em massa e equipamentos adequados para pesquisa e avaliação.

As respostas abertas apontam ainda para computadores tecnologicamente obsoletos, redes de internet deficientes e necessidade de substituição do equipamento informático.



3. Escolas pouco preparadas para temperaturas extremas

A resposta às alterações climáticas constitui uma das conclusões mais preocupantes: as condições climáticas constituem outro problema estrutural: 57,5% das escolas/jardins de infância não estão preparados para condições extremas. O frio é referido em 40% das respostas, o calor em 27% e a precipitação em 22%.

As soluções existentes são frequentemente meramente paliativas:

utilização de aquecedores ou ventoinhas, abertura ou fecho de janelas e portas, alteração da utilização dos espaços ou recurso a espaços cobertos. Algumas respostas são particularmente expressivas ao afirmar que não existe qualquer procedimento adequado ou que as escolas simplesmente não estão preparadas.

4. Transportes e deslocações condicionam o acesso à escola

Nos transportes, 32% dos AE/EnA identificam problemas de adequação da rede ou dos horários. Quanto às deslocações dos alunos, 47,1% referem tempos superiores a 20 minutos e quase 20% indicam alunos obrigados a utilizar dois ou mais transportes.

5. Outros problemas revelados pelas escolas

As respostas abertas permitem identificar problemas que ultrapassam

as questões inicialmente colocadas no inquérito. São referidos:

- degradação do parque escolar e falta de condições físicas;
- espaços de trabalho dos professores reduzidos, obsoletos ou inexistentes;
- insuficiência de assistentes operacionais, incluindo para acompanhamento de alunos com necessidades específicas;
- necessidade de rever os rácios de assistentes operacionais;
- problemas nas condições de acolhimento e alimentação dos alunos;
- falta de espaços adequados para fazer face à chuva;
- necessidade de maior autonomia e melhores condições para os trabalhadores não docentes.

Conclusão

O conjunto das respostas evidencia que as dificuldades de funcionamento

das escolas não se resumem à falta de professores. Persistem problemas estruturais relacionados com recursos humanos, equipamentos, edifícios, condições térmicas, transportes e apoio aos alunos, que condicionam a qualidade do serviço educativo.

A situação é particularmente preocupante porque muitos dos problemas identificados não são conjunturais: resultam de insuficiente investimento e de problemas estruturais que permanecem por resolver. O estudo mostra, assim, que garantir uma abertura do ano letivo sem sobressaltos exige mais do que assegurar a colocação de docentes: exige recursos humanos suficientes, investimento no parque escolar e na transição digital e condições adequadas de funcionamento para alunos, professores e restantes trabalhadores. ●

constrangimentos técnicos e organizacionais e de condições de trabalho que não criaram.

A responsabilidade política está nas opções tomadas pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação e pelo ministro Fernando Alexandre. A imposição de um processo de digitalização das provas sem que estivessem asseguradas as condições técnicas, operacionais e humanas indispensáveis revelou-se uma decisão profundamente irresponsável. O resultado está à vista: um dos processos mais sensíveis do ano escolar foi transformado num cenário de incerteza, atrasos e sucessivas falhas.

Mas o problema não se resume à plataforma utilizada. Ao mesmo tempo que avançou com a digitalização, o Ministério desmantelou estruturas fundamentais da administração educativa, afastando profissionais experientes e transferindo competências. Ao enfraquecer a capacidade técnica e operacional do Estado, fragilizou também a sua capacidade para prevenir problemas, responder a situações de emergência e garantir o normal funcionamento de processos de enorme complexidade.

Perante a gravidade dos acontecimentos, a FENPROF apresentou uma denúncia junto da Procuradoria-Geral da República, solicitando o apuramento de todas as responsabilidades relacionadas com o processo de classificação dos exames nacionais. Na sequência dessa denúncia, o Ministério Público determinou a abertura de um inquérito no DIAP – Departamento de Investigação e Ação Penal –, destinado a averiguar os factos e as eventuais responsabilidades decorrentes das sucessivas falhas técnicas e operacionais.

A abertura deste inquérito não permite antecipar conclusões nem significa que

esteja já comprovada a existência de um ilícito criminal. Mas demonstra que os factos denunciados justificam uma investigação e que é necessário esclarecer toda a cadeia de decisões: quem concebeu, quem contratou, quem autorizou, quem implementou e quem acompanhou o sistema, bem como quem tomou decisões perante os problemas que foram surgindo.

É particularmente grave a existência de alegadas orientações para que classificadores procedessem à avaliação de respostas quando os processos de exame não continham todos os elementos necessários à sua correta apreciação, designadamente quando faltavam folhas de continuação. Se estas situações forem confirmadas, estaremos perante factos de enorme gravidade, suscetíveis de colocar em causa a igualdade entre alunos, a imparcialidade das classificações e a credibilidade dos exames nacionais.

Sacudir a água do capote...

É, por isso, inaceitável que o ministro procure transferir responsabilidades para os professores. Os docentes não conceberam o sistema, não decidiram a sua implementação e não são responsáveis pelas falhas que afetaram o processo. Pelo contrário, foram eles que, com enorme sentido de responsabilidade, impediram que as consequências das decisões do

Ministério fossem ainda mais graves.

A investigação do Ministério Público deverá agora apurar todos os factos e responsabilidades. Mas a investigação judicial não elimina a responsabilidade política. Um ministro que impõe uma transformação desta dimensão, sem garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, e que depois procura atribuir aos professores as consequências das falhas do sistema, não pode continuar a agir como se nada tivesse acontecido.

O caos nos exames seria, por si só, motivo suficiente para exigir a saída de Fernando Alexandre. Mas este episódio soma-se a sucessivos fracassos na área da Educação: a incapacidade para resolver o problema da falta de professores, o enfraquecimento da administração educativa e opções que reduzem a capacidade do Estado para garantir um serviço público de Educação de qualidade.

O que está em causa não é apenas uma plataforma que funcionou mal. Está em causa uma opção política que fragiliza estruturas públicas, desvaloriza conhecimento técnico acumulado e abre caminho a uma crescente transferência de funções e responsabilidades para fora da administração pública.

Os exames nacionais não podem ser um campo de experimentação tecnológica ou administrativa. Os alunos não podem ser cobaias de decisões políticas erradas e os

favorecidos em todos os domínios, com desigualdades maiores em relação à média da OCDE.

A falta de investimento na Escola Pública em Portugal tem aprofundado problemas estruturais, diminuindo as respostas à recuperação de aprendizagens e contribuindo para o aprofundamento das desigualdades, nomeadamente no aumento da percentagem de alunos com “pior desempenho” (termo usado para designar estes alunos neste relatório).

Estes dados confirmam que a escola continua a reproduzir as desigualdades sociais, ao invés de as combater e atenuar e que as políticas educativas dos últimos anos não foram capazes de garantir respostas eficazes de combate às desigualdades e de promoção do sucesso para todos.

Sendo reconhecido que os países cujos alunos obtêm melhores resultados são aqueles que mais investem na educação, garantindo melhores condições de trabalho nas escolas e valorizando a profissão de professor. Apesar de Portugal não ter aplicado, no ciclo do PISA 2025, o módulo do questionário aos professores, destacam-se as referências ao papel determinante dos professores pelos

“**Fernando Alexandre perdeu as condições políticas para continuar no cargo. Por responsabilidade perante os alunos, as famílias, os professores e a Educação pública, deve demitir-se ou ser demitido.**”

professores não podem ser transformados em bodes expiatórios.

A abertura do inquérito no DIAP torna ainda mais urgente o esclarecimento integral do que aconteceu. Todas as responsabilidades devem ser apuradas, incluindo as responsabilidades políticas que estão na origem das decisões tomadas.

Fernando Alexandre perdeu as condições políticas para continuar no cargo. Por responsabilidade perante os alunos, as famílias, os professores e a Educação pública, deve demitir-se ou ser demitido. ●



Caos nos exames:

Responsabilidades a apurar, um ministro a demitir

JOSÉ FELICIANO COSTA (Secretário-Geral da FENPROF)

O caos que marcou o processo de classificação dos exames nacionais do ensino secundário não pode ser branqueado, relativizado ou apresentado como uma situação normal. Durante semanas, alunos, famílias e professores foram confrontados com falhas técnicas e operacionais, atrasos, instabilidade e uma enorme incerteza

num processo que exige, acima de tudo, rigor, transparência e confiança. As causas desta situação não podem ser procuradas nos professores classificadores. Foram estes profissionais que, mais uma vez, asseguraram o funcionamento do processo, cumprindo as suas responsabilidades com elevado profissionalismo e sentido de responsabilidade, apesar dos sucessivos



alunos. Não se pode deixar de considerar, para uma melhor análise da evolução dos resultados, o problema estrutural da falta de professores, que se tem vindo a aprofundar.

Os resultados do PISA 2025 apenas reforçam o que a FENPROF tem vindo a defender: a necessidade de uma aposta efetiva na Escola Pública, assente no reforço do investimento público, na redução das desigualdades sociais e educativas, na valorização da profissão docente e na melhoria das condições de trabalho nas escolas. Sem medidas desta natureza, será difícil inverter a tendência de crescimento das desigualdades e garantir uma educação de qualidade para todos. ●



impressões

MANUEL NOBRE (spzs.nobre@gmail.com)

O desinvestimento na Educação e a interioridade

Ao longo dos anos, com destaque para os governos de José Sócrates/Lurdes Rodrigues, de Passos Coelho/Nuno Crato, de António Costa/Tiago Brandão e o de Luís Montenegro/Fernando Alexandre, os diferentes governos seguiram uma linha orientadora comum – o desinvestimento progressivo nos Serviços Públicos e nas Funções Sociais do Estado, onde se inclui a Escola Pública. A comprovar isto, basta recorrer aos relatórios anuais do Tribunal de Contas e constatar que a percentagem do PIB para a Educação tem decrescido nos últimos 20 anos, passando de valores acima dos 5% para os atuais 3,4%, tendo os docentes portugueses perdido nesse período mais de 30% de poder de compra, ao mesmo tempo que as condições de trabalho e a qualidade do ensino se degradaram.

Em relação ao Alentejo, a pretexto de uma pretensa racionalização administrativa e promovendo uma gestão escolar gestionária de cariz neoliberal, em grande parte emanada de Bruxelas, encerraram-se ao longo das últimas duas décadas, centenas de escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Esta opção política empurrou milhares de crianças para centros escolares megalómanos e distantes. Por todo o Alentejo há um elevado número de crianças e jovens que passam diariamente horas exaustivas em transportes escolares, quando antes, com escolas de proximidade, tinham um melhor e mais atempado acompanhamento familiar. Este tempo roubado ao descanso, ao brincar e ao estudo em família penaliza diretamente as aprendizagens e destrói o bem-estar dos alunos.

O Alentejo, a par do interior do país, é uma região marcada por baixos rendimentos familiares, precariedade laboral e pela ausência crónica de serviços e infraestruturas básicas de apoio às populações. Depois do Posto Médico, do Posto da GNR, da Estação dos Correios, até da Junta de Freguesia, o encerramento das escolas de proximidade representou, em muitos locais, o golpe final na vida comunitária e, por conseguinte, uma



verdadeira depressão cultural e isolamento social. Sem redes de apoio público e investimento educativo estruturado, a Escola Pública deixa de conseguir contrariar, por si só, as profundas assimetrias socioculturais do território.

A comprovar tudo isto, os recentes dados do relatório PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos da OCDE nas áreas de leitura, matemática e ciências) voltam a colocar em evidência as profundas assimetrias e desigualdades territoriais no acesso a uma educação de qualidade em Portugal.

O preço do abandono e das opções políticas e económicas desastrosas

Em relação ao Alentejo os resultados do PISA registam resultados preocupantes, que não surgem por mero acaso nem se podem justificar por incapacidades intrínsecas das comunidades escolares. Elas são o reflexo direto de décadas de opções políticas e económicas desastrosas que abandonaram a Escola Pública e o território alentejano, o que leva a que, nesta região, as taxas de risco de pobreza e de privação material sejam superiores à média nacional.

Na origem dos fracos resultados no Alentejo está subjacente, também, a grave crise da profissão docente. A região sofre com o envelhecimento acelerado do corpo docente, agravado por uma precariedade laboral persistente e uma carreira pouco atrativa que afasta os jovens da profissão. Os professores colocados longe de casa praticamente não dispõem de apoios às deslocações ou à habitação, o que torna a fixação de quadros uma miragem e resulta na falta crónica de docentes durante vários momentos dos anos letivos. Sem estabilidade do pessoal docente, quem mais sofre é a continuidade da aprendizagem dos alunos.

Os estudos e o trabalho realizado nesta área territorial, mostram que os fracos resultados no PISA não são responsabilidade dos professores nem das famílias: são a fatura do desinvestimento do Estado.

Portanto, exige-se uma viragem política que traga o reforço dos apoios socioeducativos, a valorização e estabilização da carreira docente, e a garantia de que a educação no Alentejo, e em todo o território, seja um direito universal de proximidade, e não um privilégio condicionado pela geografia. ●



duas palavras

LUÍS LOBO (luis.lobo@sprc.pt)

Entre o que o ministro diz e o que os professores vivem

A carta que o ministro da Educação dirige aos professores no início do ano letivo é um exercício notável de distância entre as palavras e os atos. Nela, afirma-se tudo aquilo que os professores gostariam que fosse realidade: valorização da profissão, carreira justa e previsível, estabilidade, redução da burocracia, melhores condições de trabalho e maior participação dos docentes. O problema é que a realidade das escolas e as opções políticas do Governo contam uma história bem diferente.

Diz o ministro que trabalha, desde abril de 2024, pela valorização da profissão. Mas os professores continuam confrontados com problemas que há muito identificam: salários, progressão, horários, excesso de burocracia, dimensão das turmas, condições de trabalho e respeito pelos seus direitos. Valorizar não é dizer que se

valoriza. É decidir e agir em conformidade. Promete-se reduzir a burocracia enquanto se multiplicam plataformas e procedimentos administrativos. E quando a tecnologia falha, como tantas vezes aconteceu, são as escolas e os professores que suportam as consequências. Digitalizar processos pode ser útil, mas não substitui serviços públicos que funcionem e tenham os recursos necessários.

Também a anunciada maior participação dos professores na eleição dos diretores não resolve, por si só, os problemas de um modelo de gestão excessivamente hierarquizado, nem garante maior democracia na vida das escolas.

É particularmente significativo que o ministro agradeça aos classificadores dos exames nacionais o seu “elevado sentido de missão”, depois de um processo marcado por problemas e sobrecarga, prometendo

agora um novo modelo. Reconhecer o esforço depois de exigir mais trabalho não é valorizar: é preciso garantir condições, direitos e pagamento justo.

A carta fala ainda de inclusão, sucesso educativo e melhoria das condições das escolas. Mas estas continuam a enfrentar falta de professores, equipamentos obsoletos, redes deficientes, falta de apoio técnico, edifícios sem condições e profissionais cada vez mais sobrecarregados.

Os professores não precisam de cartas de agradecimento. Precisam de políticas que correspondam às palavras. E é precisamente aqui que está a contradição: o que o ministro diz querer fazer não coincide com aquilo que o seu Governo está a fazer.

A valorização da profissão não se anuncia numa carta. Constrói-se com decisões concretas, direitos respeitados e condições dignas para ensinar. ●



CARTOON Henrique Monteiro



Mais colocações não significam menos falta de professores

O encerramento da “negociação” confirma alterações que pioram o regime de concursos

JOÃO PEREIRA (membro do SN da FENPROF)

Em julho escrevíamos neste jornal que o problema não eram os concursos, mas a falta de professores. Concluída a negociação do novo regime e conhecidas as primeiras colocações de 2026/2027, a realidade reforça essa afirmação. Das 20 404 colocações anunciadas pelo MECI, 19 152 resultaram da

Mobilidade Interna (MI), envolvendo docentes que já pertencem aos quadros, e apenas 1 252 da Contratação Inicial. Mais significativo ainda: entre 28 de agosto e 3 de setembro chegaram à Contratação de Escola 3 208 horários, contra 1 743 no período homólogo de 2025. Destes, 3 178 são anuais e 2 257 completos e anuais. São necessidades das

escolas para todo o ano letivo que chegaram à Contratação de Escola sem resposta nos mecanismos anteriores de colocação.

Perante esta realidade, o Governo aprovou um novo regime que, apesar dos parcos recuos conseguidos ao longo do processo negocial, piora as regras existentes.

Farsa negocial

O MECI começou por pretender extinguir a MI, mas a realidade impôs-lhe um recuo: num sistema com um elevado número de docentes em QZP e que este ano colocou 19 152 professores através deste mecanismo, a sua eliminação revelou-se impraticável. Porém, o Governo não desistiu de limitar a mobilidade. As novas prioridades penalizam quem concorre para fora do respetivo QZP, dificultando a aproximação à residência de muitos docentes colocados longe de casa.

Igualmente grave é a extinção da vinculação dinâmica, mecanismo que permitiu abrir lugares de quadro e vincular milhares de docentes que respondiam a necessidades permanentes. Eliminá-lo constitui um enorme retrocesso no combate à precariedade, ainda mais incompreensível quando milhares de horários anuais continuam a chegar à Contratação de Escola.

Também o desfecho negocial é revelador. O Governo aprovou o diploma em Conselho de Ministros antes da negociação suplementar requerida pela FENPROF e não acolheu, nessa fase, qualquer das alterações estruturantes propostas pela Federação. Confirmou-se a farsa negocial que a FENPROF denunciara.

Os números deste início de ano letivo voltam a demonstrar que reorganizar a escassez não resolve a falta de professores. Mudar as regras dos concursos não cria os professores que faltam, como também não é aceitável responder à sua falta baixando as exigências de qualificação para o exercício da docência.

A resposta passa por valorizar a profissão e a carreira docente, garantir estabilidade, combater a precariedade e criar condições de trabalho e de carreira que atraiam novos professores e fixem nas escolas os que já lá estão. Valorizar a profissão e a carreira docente é condição indispensável para garantir o futuro da Escola Pública. ●



NOTA DE ABERTURA

Os Professores e a CRP de 76

Helena Bonifácio

Os anos anteriores a Abril de 74 tiveram movimentos de estudantes e de professores como protagonistas, não só da resistência ao fascismo, mas também de reivindicação de políticas educativas progressistas e de desenvolvimento de uma Educação para todos.

Deles ressaltam, os períodos das crises académicas de 62 e de 69, onde se consciencializaram muitos dos jovens professores que viriam a dar origem aos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), a partir de 1970. Com eles e pela sua intervenção em defesa da instauração de um regime democrático, em que a Educação fosse um direito universal e os seus trabalhadores pudessem exercer a profissão de forma livre e valorizada, tomou forma um ideário que havia de ser consagrado no texto constitucional de 1976.

É este contributo que o presente destacável visa salientar. ●



A Escola do Antigamente...

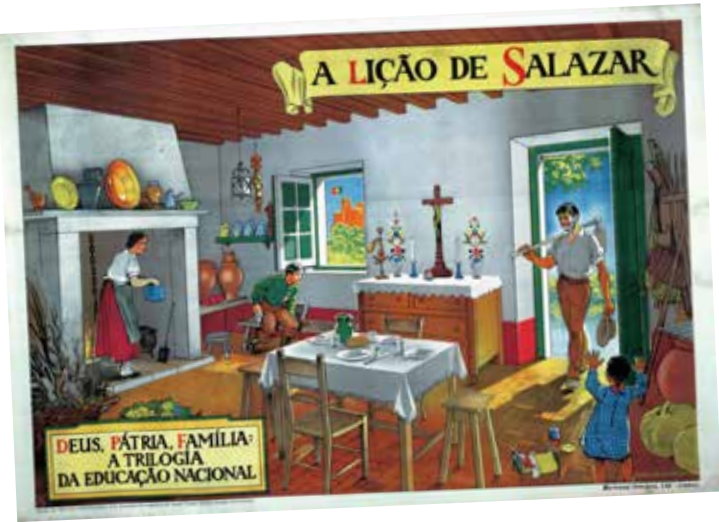
Almerinda Bento

A escola portuguesa antes do 25 de Abril era profundamente ideológica e conservadora. Embora a década de 60 tenha assistido a uma ligeira abertura, o legado salazarista da “educação integral” com a criação do “homem novo”, interiorizando um padrão de formação cívica, social, moral e física que perpetuasse os interesses da classe dominante manteve-se, independentemente da “primavera marcelista”.

A lição de Salazar sintetizada na Trilogia da Educação Nacional – Deus Pátria, Família – apenas queria mão-de-obra disciplinada que não pusesse em causa a estrutura de divisão de classes que permitia às elites continuarem no poder. Para isso, para além dos aparelhos repressivos, o papel da Obra das Mães para a Educação Nacional e as Mocidades Portuguesas criadas em 1936 pelo então Ministro da Educação Nacional Carneiro Pacheco, foram fundamentais.

O governo gastava o menos possível com o ensino: 4,5% para o ensino, 45% para a guerra. O acesso ao ensino infantil não era para os filhos dos trabalhadores, como só 4,2% destes acediam ao Ensino Superior. A Escola servia para reproduzir a ideologia dominante.

O papel da Escola Pública tem sido decisivo para inverter esta situação. ●



IA na Educação em debate europeu, em Lisboa

A FENPROF e o CSEE/ETUCE organizam, nos dias **25 e 26 de novembro**, no **ISCTE**, em Lisboa, a Conferência Europeia **Balancing Artificial Intelligence in Education**. O encontro reunirá sindicatos e especialistas europeus para debater os impactos da IA na Educação, nas condições de trabalho e na ação sindical. ●

Constituição da República (1976)

ARTIGO 43.º
(Liberdade de aprender e ensinar)
É garantida a liberdade de aprender e ensinar.

...
3. O ensino público não será confessional.
ARTIGO 73.º (Educação e cultura)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promoverá a democratização da educação e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.

...
ARTIGO 74.º
(Ensino)

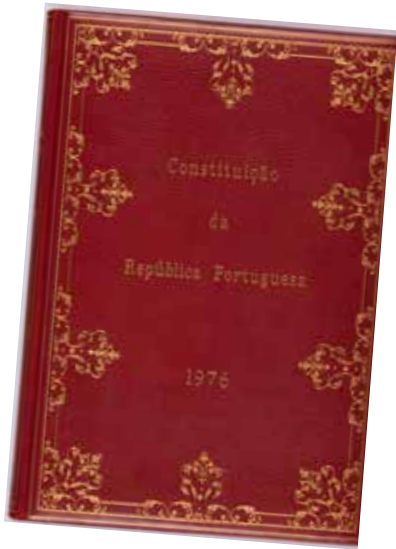
1. O Estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar.
2. O Estado deve modificar o ensino de modo a superar a sua função conservadora da divisão social do trabalho. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; b) Criar um sistema público de educação pré--escolar ; c) Garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo; d) Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino,

da investigação científica e da criação artística; e) Estabelecer progressivamente a gratuidade de todos os graus de ensino; f) Estabelecer a ligação do ensino com as actividades produtivas e sociais; g) Estimular a formação de quadros científicos e técnicos originários das classes trabalhadoras.

ARTIGO 75.º
(Ensino público e particular)
1. O Estado criará uma rede de estabelecimentos oficiais de ensino que cubra as necessidades de toda a população.
2. O Estado fiscaliza o ensino particular supletivo do ensino público.

ARTIGO 76.º
(Acesso à Universidade)
O acesso à Universidade deve ter em conta as necessidades do país em quadros qualificados e estimular e favorecer a entrada dos trabalhadores e dos filhos das classes trabalhadoras.

ARTIGO 77.º
(Criação e investigação científicas)
1. A criação e a investigação científicas são incentivadas e protegidas pelo Estado.
2. A política científica e tecnológica tem por finalidade o fomento da investigação fundamental e da investigação aplicada, com preferência pelos domínios que interessem



ao desenvolvimento do país, tendo em vista a progressiva libertação de dependências externas, no âmbito da cooperação e do intercâmbio com todos os povos.

ARTIGO 57.º
(Liberdade sindical)
1. É reconhecida aos trabalhadores a liberdade sindical, condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses.
2. No exercício da liberdade sindical é garantido aos trabalhadores, sem qualquer discriminação, designadamente: a) A liberdade de constituição de associações sindicais a todos os níveis; (...) ●



Nós fomos construtores da Constituição da República em democracia

Maria Manuel Calvet Ricardo

*Caminante, no hay camino, se hace camino al andar*¹

A Constituição da República Portuguesa em democracia foi redigida pela Assembleia Constituinte eleita na sequência das primeiras eleições gerais livres no país em 25 de Abril de 1975. Os deputados, dos quais faziam parte 16 professores, deram os trabalhos por concluídos em 2 de Abril de 1976, data da sua aprovação, tendo a Constituição entrado em vigor a 25 de Abril de 1976.

O caminho foi traçado ao longo de muitos anos de lutas de muitos e neste particular nos movimentos de estudantes e professores durante o Estado Novo por um país democrático e livre.

O futuro não está traçado e os objetivos não são alcançados sem ação e experiência diária.

Relembremos que os estudantes se manifestaram em 1928, em Coimbra, repetindo-se em 1931, em Lisboa, Porto e Coimbra, e novamente em 1945. Em

1956 emergiram protestos contra a aprovação do Decreto-Lei n.º 40.900, de 12 de dezembro que retirava autonomia às associações estudantis e as colocava sob tutela e fiscalização do Ministério da Educação. Em 1962 surgiu em Lisboa o protesto contra a proibição pelo governo da comemoração do Dia do Estudante em 24 de março. Reivindicações cruciais incluíam “a autonomia associativa e universitária, o direito de expressão e de reunião”. A 21 de janeiro de 1965 a PIDE deteve cerca de meia centena de dirigentes estudantis na Universidade de Lisboa, acusados de atividades subversivas e de ligações ao Partido Comunista. Em 1969 em Coimbra durante a visita do Presidente da República à inauguração do edifício de Matemática, os estudantes firam proibidos de se manifestarem. Tanto em 1962 como em 1969 os protestos deram origem a greves académicas.

Os professores conheceram cedo a repressão pois logo após o golpe de Estado de 1926 educadores de cariz progressista e ligados à “Educação Nova” foram demitidos

e presos. Com a Constituição de 1933, o Estado Novo aboliu todas as antigas associações de funcionários públicos e as ligadas à classe docente, demitiu centenas de professores e investigadores das universidades portuguesas por motivos políticos visando silenciar a oposição e controlar o ensino superior.

A reivindicação de direito de associação e de pagamento nas férias aos professores eventuais e provisórios juntou entre 1970 e 1974 milhares de docentes nos então constituídos Grupos de Estudo. Este movimento está na génese do movimento sindical docente logo após o 25 de Abril.

Muitos destes estudantes e professores estiveram envolvidos na construção e consolidação da democracia entre 1974 e 1976. Este período conhecido com o PREC (Processo Revolucionário em Curso) entre o 25 de Abril de 1974 e a aprovação da Constituição de 1976 foi um período de intensa agitação política, social e militar, mas foi também, o período em que, embora em forma de decretos, despachos ou conclusões de congressos, mesmo antes



O auditório do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra vai receber no próximo dia **24 de novembro** (terça-feira) A FENPROF a 4.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados, que tem como lema “Cumprir a Constituição – unir forças – dignificar a aposentação”.

O departamento lembra que “é enorme a diversidade de situações dos docentes aposentados, decorrentes das alterações que foram sendo introduzidas na legislação que regula a aposentação” e destaca, entre outras, as seguintes matérias:

- Novos cálculos das pensões (2006);
- Fator de sustentabilidade, baseado na esperança de vida aos 65 anos (desde 2008);
- Redução de 0,5% por cada mês de reforma antecipada;
- Suspensão dos subsídios de férias e de Natal (2012);

- Sobretaxa de 3,5% (2013);
- Congelamentos na carreira, que muitos não tiveram oportunidade de recuperar.

Com o objetivo de melhor conhecer as situações dos docentes aposentados e melhor apetrechar a FENPROF para definir as reivindicações e as ações de luta que eliminem as injustas discriminações a que foram sujeitos no cálculo do valor da sua pensão, o Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF lançou um inquérito, “unicamente para fins estatísticos, comprometendo-se, desde já, ao cumprimento de todos os requisitos de confidencialidade na divulgação dos resultados”. ●

Link para o inquérito:
<https://dados.fenprof.pt/262026>

O assalto à Segurança Social

JOSÉ CORREIA (Comissão Executiva da CGTP-IN)

Está em marcha uma nova agenda no ataque à Segurança Social, Pública, Universal e Solidária e ao Sistema Público de Pensões, às garantias de pagamento das pensões, procurando individualizar direitos, responsabilidade e transferir os riscos para os trabalhadores e aposentados.

A proposta central do Relatório encomendado pelo governo, é a substituição do atual sistema de pensões, hoje baseado em princípios de solidariedade profissional e intergeracional e gerido em regime de repartição, por um sistema de capitalização de contas individuais de contribuição definida, em que cada trabalhador sabe aquilo que paga para o sistema, mas não sabe qual será o valor da sua pensão futura.

No sistema actual, cada trabalhador sabe o que desconta, pode facilmente calcular o valor da sua futura pensão, com base nas remunerações registadas ao longo da sua carreira contributiva e na fórmula de calculo legalmente definida, inclusivamente recorrendo à ferramenta de simulação disponibilizada pela Segurança Social Directa e pela Caixa Geral de Aposentações. Sabendo que o sistema garante, à partida, este valor certo de pensão.

Ao contrário, no sistema proposto, no momento da reforma, a pensão é calculada em função do valor acumulado nessa conta, de uma taxa de valorização dependente do mercado ou de decisão do Governo, da situação financeira do sistema e de um divisor actuarial, que considera, entre outros, a esperança média de vida da sua geração e a idade de acesso à pensão, e que só ficará a conhecer o valor no momento da reforma. O mecanismo de equilíbrio financeiro do sistema, pode levar à redução do valor real

das pensões, incluindo das que já estão em pagamento. Na proposta do Relatório não há qualquer valor de pensão garantido.

O Relatório mistura de forma desonesta o Sistema de Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações (CGA), numa falsa história para alegar um défice global que não existe e justificar um assalto à SS. Esta tese revela a profunda ignorância (ou a má fé) dos seus autores relativamente à história da CGA, às origens dos défices que apresenta e à forma como se vem processando, ao longo dos últimos 20 anos, a aproximação entre este regime e o regime da segurança social.

Objetivo exclusivo: pagamento das pensões

O sistema previdencial da segurança social, pelo contrário, apresenta atualmente uma situação financeira sólida (contribuições a aumentar, saldo positivo de 6,7 mil milhões de euros em 2025 e a crescer em 2026 – em Julho de 2026 já apresenta um excedente de 4.415,8 milhões de euros, mais 1.200,9 milhões de euros que igual período do ano passado, representando um aumento de 37%) e dispõe de um fundo de reserva – o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), destinado a assegurar o pagamento das pensões deste sistema em caso de necessidade, que acumula atualmente 48,7 mil milhões de euros e consegue pagar 28 meses de pensões.

Todo este património, constituído com as contribuições dos trabalhadores e a carga das entidades empregadoras, destina-se exclusivamente a ser usado para os fins próprios do sistema, o pagamento de pensões, não podendo ser desviado para pagar outras despesas ou cobrir outras responsabilidades

do Estado como entidade empregadora.

A CGA, como instituição de previdência dos trabalhadores da administração pública em matéria de aposentação, foi criada em 1929. A partir de 1934, os trabalhadores inscreviam-se como subscritores e pagavam uma quota de 3% sobre a sua remuneração. Não existia qualquer taxa contributiva paga pelas entidades empregadoras públicas.

Em 1973, a quota paga pelos trabalhadores foi aumentada para 8% . O empregador público, porém, continuou a não pagar qualquer contribuição regular. Só a partir de 2009 é que o Estado passa a contribuir de forma regular para o regime da Caixa Geral de Aposentações, mas ainda com uma percentagem muito reduzida (7,5% sobre a remuneração dos trabalhadores), que foi sendo aumentada progressivamente até atingir os 23,75% a partir de 2014.

Esta tentativa de assalto do Capital ao sistema público de pensões, omite as consequências das propostas que apresenta: a desvalorização das pensões, o aumento da idade de reforma, a eliminação dos regimes de reforma antecipada, a apropriação pelo capital das contribuições para o regime previdencial, superior a 30.000 M € anuais.

Está em risco o património acumulado pelos trabalhadores ao longo da sua vida de trabalho, o futuro das suas pensões e o futuro da protecção social.

É necessário travar as intenções do governo. A luta na defesa intransigente do sistema de segurança social, público, universal e solidário, tal como previsto na Constituição da República, uma das mais importantes conquistas de Abril, é o único caminho possível. ●



Ensino Superior:

Universidade e Universidades politécnicas: transição e direitos

MIGUEL VIEGAS (membro do SN da FENPROF)

O ensino superior português está a atravessar uma transformação profunda com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), bem como a recente aprovação do Regime Jurídico do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (a vulgo “lei da Ciência”) e o novo Regime Jurídico dos Graus Académicos e dos Diplomas do Ensino Superior. Entretanto estão igualmente em fase de concretização três processos de transformação dos Politécnicos de Leiria, Porto e Bragança em Universidades. Convém começar por distinguir e separar dois tipos de transformação que, apesar de utilizarem ambos a palavra «universidade», são muito diferentes.

O primeiro decorre diretamente da revisão do RJIES. Os institutos politécnicos que reúnem os requisitos previstos na lei passarão a poder adotar a designação

de Universidade Politécnica. Foi o que aconteceu, em agosto, com treze instituições. Trata-se essencialmente de uma mudança de designação e de afirmação institucional: as instituições mantêm a sua natureza politécnica e os seus docentes continuam integrados na carreira do ensino superior politécnico. Não há aqui uma transição para o subsistema universitário.

Muito diferente é aquilo que aconteceu em Leiria e no Porto e que agora se prepara também em Bragança, com a criação da Universidade de Leiria e Oeste, da Universidade Técnica do Porto e, mais recentemente, com o anúncio da futura Universidade de Bragança e Norte Interior. Aqui estamos perante a transformação de instituições politécnicas em universidades, com todas as consequências que daí resultam para a sua organização, para a coexistência entre unidades de natureza universitária e politécnica e, sobretudo, para

as carreiras e os direitos dos docentes. Nos três casos, os processos iniciaram-se muito antes da revisão do RJIES e correspondem a antigas e legítimas aspirações das instituições e das regiões onde se inserem.

A FENPROF não se opõe à valorização institucional do ensino superior politécnico nem à possibilidade de estas instituições evoluírem para universidades quando reúnam condições para tal. Pelo contrário. São instituições que construíram ao longo de décadas um património científico, pedagógico e de ligação aos territórios que deve ser reconhecido e valorizado. Mas uma promoção institucional não pode fazer-se à custa daqueles que construíram e fizeram crescer estas mesmas instituições. Até ao presente, as experiências de Leiria e Porto têm relevado as mesmas opções políticas de sempre fazendo recair sobre os docentes e investigadores os custos da mudança. Em vez de aproveitar esta oportunidade para



MANIFESTAÇÃO Nacional



17

OUTUBRO

MAIS SALÁRIO
MELHORES PENSÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS!
CONTRA O AUMENTO
DO CUSTO DE VIDA!
DEFENDER O SNS
E A SEGURANÇA SOCIAL

PORTO 10H30
PRAÇA DA BATALHA/PRAÇA D. JOÃO I

COIMBRA 10H30
ROTUNDA PORTUGAL DOS PEQUENITOS/PRAÇA 8 DE MAIO

LISBOA 14H30
CAIS DO SODRE/ROSSIO

“

A FENPROF, que nunca foi consultada nem chamada a negociar estes processos, esteve, desde a primeira hora, ao lado dos docentes e investigadores.

valorizar as carreiras e corrigir desigualdades históricas, o Governo, com a cumplicidade das duas instituições, está a transformar um processo de promoção institucional numa operação de compressão de direitos laborais e académicos.

Os efeitos deste processo são já muito concretos. Aos docentes de carreira é colocado o contador a zero, apagando os pontos acumulados ao longo de anos de avaliação do desempenho e, com eles, uma parte do seu percurso profissional e das legítimas expectativas de progressão. Aos docentes convidados, que são centenas e constituem o elo mais precário destas instituições, pretende-se exigir cada vez mais trabalho por cada vez menos remuneração, aumentando as horas de serviço associadas aos contratos e reduzindo, na prática, o valor pago pelo trabalho realizado. E, simultaneamente, procura-se reduzir as horas letivas atribuídas às diferentes unidades curriculares, diminuindo, artificialmente, as necessidades de serviço docente e, por essa via, a massa salarial, mesmo que isso se faça à custa das condições de ensino e da qualidade pedagógica. É este rolo compressor orçamental que ameaça transformar aquilo que poderia e deveria ser um processo de valorização institucional, benéfico para toda a comunidade académica, numa mera operação de cosmética financiada à custa dos direitos e das condições de trabalho de quem ensina e investiga.

A FENPROF, que nunca foi consultada nem chamada a negociar estes processos, esteve, desde a primeira hora, ao lado dos docentes e investigadores. Promovemos plenários, dinamizámos petições e concentrações e, por nossa iniciativa, reunimos com as direções dos Politécnicos de Leiria e do Porto, exigindo soluções que salvaguardem carreiras, vínculos e direitos. Esta luta não terminou. Continuaremos a acompanhar, organizar e apoiar os docentes e investigadores, defendendo uma transformação que valorize a profissão, crie condições para manter e atrair jovens para o ensino superior e reforce o papel destas instituições no desenvolvimento das regiões e do País. ●



Ciência sob pressão: reformas sem diálogo

TIAGO M. DIAS (membro do SN da FENPROF)

Fernando Alexandre assumiu-se como ministro das “reformas”. Mais de dois anos depois, na Ciência, como na Educação e no Ensino Superior, o padrão é claro: dismantlar primeiro e decidir sem participação efetiva, para tentar, depois, resolver os problemas criados.

Na Ciência, a extinção da FCT e a criação da AI² são disso exemplo. A nova agência foi apresentada como solução para as fragilidades do sistema, mas os problemas mantêm-se. A 1.ª edição do FCT-Tenure arrasta-se: teve resultados finais em dezembro de 2024, o prazo para assinatura das posições terminou em dezembro de 2025 e, ainda em 2026, prosseguiram procedimentos. A 2.ª edição, prevista para 2025, nunca abriu. O programa Aliança Ciência não terá continuidade. E o Concurso de Projetos de I&D 2025, com 4.746 candidaturas encerradas em março de 2026, continua sem resultados. No novo RJIES chega-se ao paradoxo de excluir da eleição do reitor docentes e investigadores contratados a prazo — entre eles a esmagadora maioria dos investigadores — enquanto se admite a participação de antigos estudantes. É neste quadro, quando o combate à precariedade continua sem instrumentos claros e investigadores e instituições aguardam respostas, que o Governo aprovou já este mês o novo Regime Jurídico do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, sem o

contributo que havia assumido solicitar à FENPROF. E este método repete-se no Ensino Superior, com os processos de transformação dos politécnicos de Leiria e do Porto em universidades e a aprovação do novo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas

A FENPROF e os seus sindicatos nunca ficaram parados. Na regulamentação do novo ECIC conseguimos alterações importantes, recusando a matriz do SIADAP. Continuamos a lutar por um verdadeiro regime transitório e entregámos na AR uma proposta para integrar investigadores precários. No DL 57/2016, a ação do SPGL/FENPROF foi confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo: a abertura dos concursos é obrigatória. Acompanhamos editais e concursos e reunimos com dirigentes das IES. Intervimos com sucesso para a apreciação parlamentar dos diplomas de Leiria e Porto, a discutir em breve; promovemos protestos, pedimos audiência à Presidência da República e, no Encontro Ciência e Inovação, voltámos à rua contra a precariedade.

Os próximos meses serão decisivos. Aproxima-se o OE2027 e, em 2027, o Governo pretende rever as carreiras do ensino superior, apontando para um estatuto único articulado com o ECIC. O contexto é difícil, mas a luta produz resultados. É preciso reforçá-la: investigadores e docentes têm de continuar organizados e mobilizados. ●

Os professores do Ensino Artístico Especializado (EAE) confrontam-se com um aumento do seu horário letivo semanal desde 2015, ano em que o Ministério da Educação cortou drasticamente o valor do Contrato de Patrocínio, demitindo-se assim da sua responsabilidade de financiamento desta rede do Ensino Particular e Cooperativo (EPC) na qual se insere o EAE. O universo do EAE privado conta com aproximadamente 140 escolas, representando cerca de 90% da oferta de ensino artístico no País, onde a resposta pública é residual, não indo além de pouco mais de uma dezena de Conservatórios a nível nacional.

Posto o preâmbulo, importa aqui refletir acerca das causas subjacentes a este aumento de horário cuja origem assenta em dois pressupostos.

O primeiro é puramente ideológico ou de lógica neo-liberal, se quisermos. Assenta no conceito de hora/aula de 60 minutos, defendido pela CNEF – Confederação Nacional de Ensino e Formação - desde a década de 2010, para todo o EPC, onde são adicionados mais 10 minutos a cada hora letiva, perfazendo mais 220 minutos aos 1100 praticados no ensino público, totalizando os famigerados 1320 minutos letivos! Em teoria este acréscimo é deduzido à componente não letiva, mas na realidade representa uma privação de 20% de salário mensal, onde os 14 meses de contrato anual se restringem a pouco mais de 11 meses.

O segundo pressuposto, onde recai esta exceção exclusiva para o EAE, de possibilidade de aumento de 5 tempos letivos de 45 minutos em cada horário completo, atingindo o limite de 29 tempos semanais, tem origem no tal subfinanciamento estatal, nesta circunstância injusta e indevidamente subtraído ao bolso dos professores.

Por outro lado, o Estado, ao atribuir o mesmo valor/aluno a todas as escolas sem considerar qualquer diferenciação na

Fim dos 29 tempos no ensino artístico especializado privado!

RITA FRANCO* (Dirigente do SPGL, Ensino Artístico Especializado)



antiguidade do corpo docente e respetivos encargos remuneratórios, criou uma espécie de pecado original, introduzindo desregulamentação e precariedade, culminando com uma crónica ausência de fiscalização/regulação - a acha fatal nesta fogueira de injustiças.

Em agosto último, volvidos 11 anos, foi finalmente feito um ajuste no financiamento por parte da tutela, traduzido numa atualização média de 10%, que acautelará confortavelmente os novos alunos que ingressam no sistema em início de ciclo. Mas daqui não resultará qualquer aumento para os professores do EAE, pois segundo a CNEF (como é seu apanágio) este valor é insuficiente para quaisquer aumentos salariais!

Verifiquemos então o seguinte: se em 2026 o financiamento considera as despesas dos novos alunos, prevendo-se desta forma um ajuste anual e gradual de valores, significando que no final do ciclo de 5 anos o EAE deixará a condição de subfinanciado e terá matematicamente os valores mais ajustados à realidade das despesas.

Então chegou o momento de reverter os 29 tempos, de exigir a diminuição de 1 tempo letivo por cada ano de aumento de financiamento até ao limite dos 24 tempos.

Exigimos justiça! Exigimos o fim dos 29 tempos letivos! ●

* Conservatório Regional Silva Marques, Alhandra

ENCONTRO

DE QUADROS SINDICAIS

DIRIGENTES, DELEGADOS E ATIVISTAS SINDICAIS

25 SET—14H30—LISBOA—AUDITÓRIO DO ISCTE

A ESCOLA PÚBLICA EXIGE RESPOSTAS.

OS PROFESSORES TAMBÉM



À conversa com Carlos Almeida, presidente do MPPM

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



“Três anos de crimes, três anos de genocídio em Gaza... é inaceitável que a União Europeia não tome posição contra Israel”

No próximo dia 10 de outubro, por iniciativa do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), além do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), da CGTP-IN e da Associação Juvenil Projeto Ruído, com o apoio de várias organizações, a solidariedade voltará a ouvir-se nas ruas da capital portuguesa, “decorridos três anos de genocídio em Gaza”. Fomos ao encontro de Carlos Almeida, dirigente do MPPM, que nos fala deste movimento, do seu trabalho e da força da solidariedade para com o povo da Palestina.

Em jeito de síntese, Carlos Almeida, investigador, docente universitário, aponta como principais objetivos do Movimento “a divulgação da causa palestina, a promoção da solidariedade com o povo da Palestina e a intervenção na luta pela defesa da Paz no Médio Oriente”, dando assim um contributo para que o nosso país, no quadro

internacional, assuma aqueles objetivos, condenando, sem hesitações, a política de genocídio do governo de Israel.

A onda de solidariedade em Portugal com o povo da Palestina pode, segundo Carlos Almeida, dividir-se em duas etapas: “o antes e o depois do “7 de Outubro” (genocídio em Gaza, 2023)”. Desde a sua criação, “o Movimento desenvolveu um conjunto muito diversificado de atividades, sessões de cinema e outras iniciativas de divulgação da cultura palestina; o genocídio em Gaza, entretanto, exigiu uma forte mobilização da opinião pública, num esforço muito significativo, que deu origem à realização de diferentes ações, com destaque para manifestações, concentrações, cordões humanos, vigílias, etc, que registaram, no seu conjunto, a participação de milhares de pessoas”. Aliás, é o que se espera da manifestação marcada para o próximo dia 10 de outubro, no Largo de Camões, na capital, “decorridos três anos de genocídio em Gaza”.

Carlos Almeida recorda, entre outras, as iniciativas realizadas em Lisboa (como a manifestação entre a Embaixada dos EUA e a Embaixada de Israel), no Porto, em Coimbra e um pouco por todo o país, dinamizadas pelo MPPM e por associações e coletivos que se foram constituindo. O presidente do MPPM destaca a colaboração de várias entidades, entre as quais o CPPC, o Projeto Ruído e a CGTP-IN. Carlos Almeida deixa uma referência especial à Central sindical que, “mesmo em períodos de intensa ação (como as Greves Gerais), deu o seu precioso contributo às ações de solidariedade com o povo da Palestina”. Uma solidariedade que se tem reforçado e que vai continuar.

Na perspetiva de Carlos Almeida, depois de dois outros momentos – Timor e Guerra do Iraque – o apoio ao povo da Palestina e a luta pela Paz no Médio Oriente são a expressão mais ampla, em matéria internacional, do movimento de opinião pública e cívica do nosso país das últimas décadas.

O papel dos EUA e das grandes potências europeias

Para o dirigente associativo, “as políticas de genocídio do governo israelita não se podem desligar do apoio e do envolvimento dos EUA e das grandes potências europeias ou do encolher de ombros de vários Estados...” Carlos Almeida denuncia as políticas de financiamento e de cobertura política e diplomática, e recorda os vetos dos EUA no Conselho de Segurança a favor de Israel, ou o fornecimento de material de guerra ao regime de Telavive, incluindo por vários governos europeus, citando o caso recente de uma fábrica alemã, em Osnabrück, que foi vendida a um consórcio israelita e onde, durante a Segunda Guerra Mundial, o regime nazi produziu armamentos para o seu exército com recurso a trabalho forçado.

“Três anos de crimes, três anos de genocídio, de incremento da limpeza étnica na Margem Ocidental... é inaceitável que a União Europeia não tome uma posição clara contra Israel”, sublinha. “Ao recusar-se a suspender o Acordo de Associação com Israel, a União Europeia continua a ser económica e politicamente cúmplice destas violações sistemáticas do direito internacional”, destaca Carlos Almeida. “É fundamental que Portugal contribua ativamente para essa suspensão”, acrescenta. ●

“Portugal reconheceu o Estado da Palestina mas não retirou consequências dessa decisão: esse Estado agora reconhecido está ocupado, a ser colonizado e a sua população a ser expulsa violentamente por um outro Estado com o qual o governo português, insiste em dizer, pretende manter boas relações. Não se compreende...”, observa Carlos Almeida.

“O Movimento pelo Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM) nasceu a partir da dinâmica de um abaixo-assinado lançado em 2004 (“Não ao Muro de Sharon!”), recolhendo a adesão de um conjunto amplo e diversificado de personalidades portuguesas do campo político, social e cultural”, lembra Carlos Almeida. Na altura, a opinião pública internacional e as Nações Unidas reagiam à construção, por Israel, do Muro de segregação no Território Palestino Ocupado que o Tribunal Internacional de Justiça viria a considerar ilegal. Em junho de 2005, num texto que é considerado o documento fundador do MPPM, os subscritores do referido abaixo-assinado, a que se tinham juntado, entretanto, outros cidadãos, fundamentam a necessidade de constituição de um movimento português para defesa dos direitos do povo palestino definindo, desde logo, as suas linhas de orientação.

O Movimento é formalmente criado, registado como associação, em 2007 e acreditado como Organização Não Governamental pelo Comité das Nações Unidas para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino por Deliberação de 17 de setembro de 2009. A presidência do MPPM foi assumida no início por dois elementos (Mário Ruivo e Isabel Alegro Magalhães), estando José Saramago na presidência da Mesa da Assembleia Geral; depois por Maria do Céu Guerra e agora, desde o passado dia 8 de julho, por Carlos Almeida (biénio 2026-2027), vice-presidente na Direção anterior. ●



PALESTINA VENCERÁ!

A situação do ensino português no estrangeiro

BRUNO SILVA (membro do SN da FENPROF)

O início deste novo ano letivo no Ensino Português no Estrangeiro (EPE) volta a ser marcado por uma situação particularmente preocupante evidenciada pelo elevado número de alunos sem aulas, cerca de 8000 alunos, abrangendo 50 horários que se encontram a concurso.

Realidade que denuncia, uma vez mais, os problemas estruturais que persistem no funcionamento do EPE e a necessidade urgente de encontrar respostas que garantam o direito às aprendizagens da língua e da cultura portuguesas e melhorem as condições de trabalho dos seus trabalhadores que há 16 anos reivindicam uma atualização salarial e outras medidas que incentivem todos os que já pertencem à rede EPE a continuarem e novos docentes a concorrerem.

É neste contexto que assume particular relevância o processo de revisão do Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro (RJEPE), que se encontra em curso, tendo-se verificado a oitava reunião de negociação, no passado dia 9 de setembro estando a próxima agendada para dia 17 deste mês de setembro.

Como ponto de situação das rondas negociais é importante sublinhar que o trabalho sindical desenvolvido pelo SPE/FENPROF tem contribuído para a harmonização de posições e para importantes alterações às propostas apresentadas pelo Governo relativamente a matérias fulcrais para os docentes deste sistema especial de ensino.

Oportunamente apresentámos contrapropostas sobre as comissões de serviço a decorrer, conseguindo a continuidade dos docentes já afetos à rede, sem limites temporais, definidos por norma transitória. Alertámos, fundamentámos e propusemos alterações sobre matérias importantíssimas como o tempo de serviço prestado, as ajudas de custo, a proteção à saúde para os casos específicos dos trabalhadores colocados no Reino Unido e nos Países Baixos, o recrutamento e os requisitos exigidos, a avaliação do desempenho, as remunerações e apoios suplementares entre outros.

Das presentes matérias e dos avanços conseguidos é relevante dar nota do papel da nossa intervenção sindical no que às propostas de tabelas remuneratórias e de complemento à habitação, que foram apresentadas pelo Governo diz respeito,



isto porque conseguimos evidenciar que por um lado as propostas salariais ficavam aquém do aceitável para os 16 anos sem qualquer atualização salarial no EPE assim como o apoio previsto para a habitação, que não tendo uma natureza universal vinha criar diferenciação e desigualdades entre os trabalhadores que já estavam e na rede do ensino EPE e aqueles que viriam a ser colocados. Perante as nossas contrapostas e fundamentações e indo ao encontro das mesmas, conseguimos que nos fosse apresentada uma terceira proposta de atualização das remunerações base, que contemplarão uma valorização face à eliminação do complemento à habitação primeiramente previsto.

Postura firme em defesa dos direitos

Concluindo, o presente processo negocial demonstra que as intervenções e as contrapropostas apresentadas pelo SPE/FENPROF têm sido determinantes para a defesa dos direitos dos trabalhadores do Ensino Português no Estrangeiro, bem como para a construção de soluções que respondam aos problemas concretos que continuam a afetar os docentes, alunos e as comunidades da diáspora.

Esperando em breve concluir o processo negocial é importante destacar que o SPE/FENPROF manterá uma postura firme, exigente e determinada na defesa dos direitos e das legítimas expectativas dos trabalhadores, prosseguindo a negociação com o objetivo de alcançar um regime jurídico mais justo, equilibrado e promotor de melhores condições de trabalho, da valorização profissional e da qualidade do Ensino Português no Estrangeiro. ●

Fernando Vicente



“A ação sindical é, hoje, um espaço de resistência, de afirmação de valores e de defesa da dignidade humana”, destacou o novo presidente da Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), na cerimónia de tomada de posse realizada em julho passado. Fernando Vicente realçou “o espírito de unidade, de solidariedade e de firmeza” com que “continuaremos a nossa luta. Uma luta que não conhece fronteiras e que se faz no Continente, nos Açores, na Madeira e também no estrangeiro. Porque os direitos dos professores não se pedem — conquistam-se!” Na sessão de tomada de posse, com a presença de sócios, dirigentes e convidados, falou também o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Aníbal Pires. As eleições para os Corpos Gerentes do SPRA para o triénio de 2026/2029 realizaram-se no passado dia 29 de maio.

O envelhecimento da classe docente e a falta de professores têm sido temas em destaque nas tomadas de posição

Novo Presidente do SPRA sublinha: “É urgente atrair, fixar e valorizar” professores

da Direção do SPRA e nas entrevistas concedidas por Fernando Vicente a vários órgãos de comunicação social da Região. O Presidente do Sindicato refere que se põe em causa “a estabilidade e a qualidade do sistema educativo regional” e que “perante este cenário, impõe-se uma resposta clara e estruturada assente em três eixos: atrair, fixar e valorizar.”

Ainda numa recente entrevista ao Açoriano Oriental, o dirigente sindical, afirmava que o início do novo ano letivo nos Açores está marcado pela falta de professores. Logo após a colocação da contratação centralizada da DRE Açores, as escolas sinalizaram a necessidade de 120 professores, totalizando mais de 2 600 horas que terão que ser contratualizadas diretamente pelas escolas. “Estes valores são manifestamente elevados para uma região como os Açores”, referiu o sindicalista, que continuou, “por isso a região necessita de atrair e de fixar professores. Isso não tem sido feito pelo próprio Governo Regional que não tem tido políticas robustas de atratividade para a função docente.

O mesmo explica que já existem incentivos descritos no ECD da RAA,

faltando regulamentá-los. “os incentivos são financeiros. Está escrito, por exemplo, que durante 3 anos, nas ilhas ou escolas carenciadas o docente receba 45% do índice 100, nos primeiros 3 anos, depois nos 3 anos seguintes, 35% e após esse período 20% desde que permaneça nessa escola ou ilha.”. Ora, o que o governo regulamentou foram meros apoios à deslocação que mesmo tendo aumentado de 300€ para 500€ aplicam-se a um número muito reduzido de docentes, visto haver um número limitado de vagas para esses casos prioritários. “é pouco, muito pouco” afirma Fernando Vicente. “se uma escola, ou ilha, é prioritária vamos intervir nela, criando verdadeiros incentivos à fixação!”.

Além destas questões, existem infraestruturas que necessitam de “uma grande intervenção”, havendo casos de “escolas extremamente degradadas na região que ainda não foram intervencionadas.

“tudo isso não traz um bom início de ano letivo, com boa qualidade, como nós desejávamos. E é só através da educação e da formação que a sociedade avança e progride”, deixa claro Fernando Vicente. ●

Colocações de docentes marcam início do ano letivo 2026/2027

JACKELINE VIEIRA (membro do SN da FENPROF)

O início do ano letivo 2026/2027 ficou marcado pela contestação do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) ao processo de colocação de docentes na Região. Após a divulgação dos resultados, no início de setembro, o Sindicato denunciou situações de injustiça e instabilidade, com impacto nos docentes dos quadros de zona pedagógica e nos contratados.

O SPM alertou para a redução das oportunidades de colocação em vários grupos de recrutamento e para casos de docentes com vários anos de serviço que ficaram sem colocação ou foram colocados longe da sua residência, apesar de continuarem a existir necessidades em muitas escolas.

Tribuna da Indignação

Perante as situações reportadas pelos professores, o SPM promoveu, a 9 de setembro, junto à Secretaria Regional de Educação, a “Tribuna da Indignação”. A iniciativa deu voz aos docentes afetados, que partilharam situações concretas de instabilidade profissional e familiar e casos que, segundo o Sindicato, evidenciam o desfasamento entre as colocações e as necessidades das escolas.

A tutela contestou as críticas do SPM, acusando o Sindicato de promover uma “campanha de desinformação”, e indicou a contratação de 245 docentes, referindo ainda que 90,4% dos professores mantiveram a escola de colocação.



O SPM contrapôs com casos concretos e voltou a alertar para carências de docentes, nomeadamente na educação pré-escolar. Para o Sindicato, os números globais não refletem a realidade nem as necessidades efetivas das escolas.

Perante este cenário, o SPM defende a revisão das regras de colocação, exigindo maior transparência, justiça e adequação às necessidades das escolas e à estabilidade dos docentes, sob pena de a carência de professores atingir o ponto de não retorno, o que colocaria em perigo a sustentabilidade do sistema educativo. ●

CULTURAIS

SPZS 50 anos

O SPZS faz 50 anos, tantos quantos os da Constituição de Abril. Um Sindicato que nasceu para dar voz aos professores e educadores e que se transformou rapidamente numa referência para docentes e investigadores na zona sul do país.

Em 2026, o SPZS oferece-nos várias possibilidades para comemorar o seu aniversário, de que destacamos o espetáculo comemorativo, no dia **25 de setembro**, em Beja, no Clube UNESCO, a partir das 21:30 horas (entrada gratuita) com Fernando Pardal, Luca Argel e Paulo Ribeiro.

Também em **29 de setembro**, no Salão da Sociedade Filarmónica Capricho Bejense, às 10:30 horas (dirigido a professores e educadores e alunos dos 9.º ao 12.º anos), é apresentado o espetáculo “Dois Pontos Educação”. “Num dia de greve de professores um pai procura a sua filha adolescente e debate-se com a ideia de a sua filha estar a tornar-se uma mulher,



uma cidadã, uma pessoa que pensa pela sua própria cabeça”. Uma peça de teatro “direcionada para dar voz aos alunos do ensino secundário”, com músicas originais tocadas ao vivo.



Duração: 50 minutos
Classificação etária: M12
Limite de alunos: 150 px
Informações: atrimagisto@gmail.com; TM 961944141 ●



A XXIV Bienal Internacional de Arte de Cerveira 2026 registou um recorde de participação no seu concurso internacional, com 897 candidaturas, 1261 obras de artistas provenientes de 52 países. Do total de submissões, foram selecionadas 41 obras e 5 intervenções artísticas, reunindo 41 artistas de 16 nacionalidades que estarão em exposição até 30 de dezembro, numa edição marcada pelo tema “Territórios sem Fronteira” ●

“Alma Mater”

Rodrigo Leão na Casa da Música em novembro

“Assinalando o 26.º aniversário de “Alma Mater”, Rodrigo Leão dedica este concerto ao álbum que insuflou na sua música de raiz erudita e cinematográfica uma respiração pop direta – de que os temas “A Casa” (Adriana Calcanhoto) e “Pasion” (Lula Pena) são claros exemplos”, informa a Casa da Música, no Porto. Rodrigo Leão subirá ao palco para dois espetáculos, ambos às 2100, na Sala Suggia: dias **23 (segunda-feira) e 24 de novembro (terça-feira)**. No dia **18 de dezembro**, estará no Coliseu de Lisboa. ●

+ **INFO** casadamusica.com/event/rodrigo-leao-3/?selected_session=51205



10 concertos

Temporada da Orquestra Metropolitana de Lisboa

A Orquestra Metropolitana de Lisboa (OML) regressa ao palco do Teatro Tivoli BBVA, na capital, para mais uma temporada. **De setembro de 2026 a junho de 2027**, “reunimos algumas das mais importantes obras da história da música, de compositores maiores como Mozart, Haydn, Beethoven, Schubert, Stravinsky e Mendelssohn”, ao longo de 10 concertos, revela a OML, que acrescenta: “Esta proposta artística da OML foi desenhada tanto para melómanos exigentes como para novos públicos que queiram descobrir o poder da música clássica interpretada ao vivo por uma grande orquestra.” ●

+ **INFO** www.metropolitana.pt



8^ª CORRIDA NACIONAL DOS PROFESSORES E DA EDUCAÇÃO

**LISBOA
24 OUT
2026**

**PRAÇA DO
IMPÉRIO, JUNTO
AO MOSTEIRO
DOS JERÓNIMOS**

**À PARTIR DAS
09H00** 
**CORRIDA PRINCIPAL
11H00**

**CONSULTA O REGULAMENTO E INSCREVE-TE EM:
[HTTPS://CORRIDAFENPROF.SPORTS4ALL.PT](https://corridafenprof.sports4all.pt)**

**CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA AS INSCRIÇÕES FEITAS ATÉ
AO DIA 11 DE OUTUBRO (CONSULTAR O REGULAMENTO).**



**ESCALÕES DOS 7 AOS 77 E MAIS ANOS
PRÉMIOS PARA TODOS
DIVERSÕES PARA OS MAIS NOVOS**

REGULAMENTO

